



Como vai se comportar a balança comercial brasileira diante das medidas agressivas anunciadas por Obama para reduzir o déficit americano com o exterior?

por Rafael Hernandes

DÁ PRA ENCARAR?

AO SE ENCERRAR o primeiro trimestre, o comércio exterior brasileiro enfrentava questões importantes a ser respondidas até o fim do ano: como se comportará o saldo da balança comercial ao longo dos nove meses restantes, dado o desempenho considerado muito fraco no primeiro quarto deste ano? E como a nova e agressiva disposição anunciada pelo governo do presidente Barack Obama de reduzir o déficit comercial dos EUA se refletirá nesse comportamento?

Os dados do início do ano não são nada animadores para nossa balança comercial. O superávit nos primeiros três meses foi de apenas 895 milhões de dólares, 70% menor que os 2,98 bilhões registrados em igual período do ano passado, quando o mundo atravessava um dos piores momentos da crise. O re-

sultado, no entanto, não advém de queda ou estagnação das exportações devido ao retraimento das compras internacionais. Ao contrário, as vendas brasileiras ao estrangeiro cresceram nada menos que 25,8% na comparação com o ano passado. O problema vem do impressionante aumento das importações, de 36%.

Quem acompanha o comércio exterior não foi totalmente surpreendido por esse dado, que reflete uma tendência estabelecida há algum tempo. Entre 2000 e 2006, o País obteve elevados e crescentes superávits, com alto crescimento das exportações (150,1%), muito superior ao das importações (63,7%). Isso fez que, nesse período, a balança, de deficitária em 697 milhões de dólares, passasse a superavitária em 46,4 bilhões. A partir de 2006, entretanto, as exportações cresce-

ram apenas 11 %, bem abaixo do ritmo das importações, de 39,7%. O resultado foi o encolhimento do superávit quase pela metade, para pouco mais de 25,3 bilhões de dólares no ano passado.

Fernando Homem de Melo, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA—USP), diz que a causa principal da reversão da tendência é a valorização do real, que reduziu a competitividade das exportações e barateou as importações. "Esse câmbio de 1,80 real vai levar nos próximos anos a uma alteração ao menos do ritmo de crescimento das exportações e ao aumento do ritmo de crescimento das importações, o que já está acontecendo há algum tempo", diz.

A queda do superávit comercial não é a única tendência que os números do pri-

meio ~~na~~ ~~gru~~ confirmam. Outra é a de o País exportar ~~da~~ vez mais produtos sem processamento industrial, isto é, com baixo valor agregado. Segundo dados do Serviço de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em 1996 esses produtos representavam 16,4% do total vendido ao exterior, valor que foi crescendo continuamente até chegar a 31,6%, no ano passado. Ao mesmo tempo, a fatia dos produtos industrializados caiu tanto entre os com alta ou média-alta tecnologia (de 27,1% para 23,7% do total) - que incluem produtos de aeronáutica, aeroespacial, equipamentos para transporte e máquinas e equipamentos mecânicos — quanto entre os de média-baixa ou baixa tecnologia (56,5% para 44,7%) - que englobam borrachas, plásticos, papel, celulose, alimentos e têxteis.

EXPLOSIÃO DAS COMPRAS

Esse movimento não foi causado pela queda nas vendas dos industrializados - que mais que dobraram nesse período, passando de 39,92 bilhões de dólares para 104,6 bilhões de dólares —, mas sim pelo explosivo aumento dos não industrializados, que saltaram de 7,82 bilhões de dólares para 48,38 bilhões de dólares. A tendência continua se manifestando neste ano: entre janeiro e março, apesar de a venda de industrializados ter crescido muito (20,6% em relação ao mesmo intervalo de 2009), a de não industrializados cresceu ainda mais (32,8%).

Para Homem de Melo, boa parte disso pode ser explicada pelo natural aumento

do consumo gerado pelo desempenho econômico acima da média dos países emergentes. "Alguns chamam isso de efeito China. Alguns falam Brics. Eu prefiro falar em países emergentes", diz. "Eles estão crescendo bem mais que os países desenvolvidos, o que afeta o comércio internacional." Com renda *per capita* bem mais baixa que a dos países ricos, quando os emergentes importam, o que compram é alimento, explica o economista. Ele diz que isso está causando uma mudança na estrutura do comércio mundial, com maior demanda por produtos primários, o que está beneficiando principalmente "o agronegócio brasileiro". Não à toa, o Brasil é líder mundial de exportações de

O desempenho do comércio exterior no primeiro trimestre mostra tendências mais antigas

açúcar, álcool, carnes bovina e de frango, café, suco de laranja e tabaco, e vice-líder em soja e milho.

O professor da USP vaticina um futuro sombrio: "Provavelmente, se não mudarmos a política cambial, uma parte do setor industrial vai desaparecer", diz. Fábio Faria, diretor de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior

do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, tem outra explicação para essas questões. Ele diz que, por causa da crise, especialmente nos EUA - os maiores compradores de manufaturados brasileiros -, "houve uma queda nas vendas de nosso produtos industrializados". A crise, no entanto, não afetou a demanda de produtos do agronegócio, resultando na mudança.

"COMMODITIZAÇÃO"

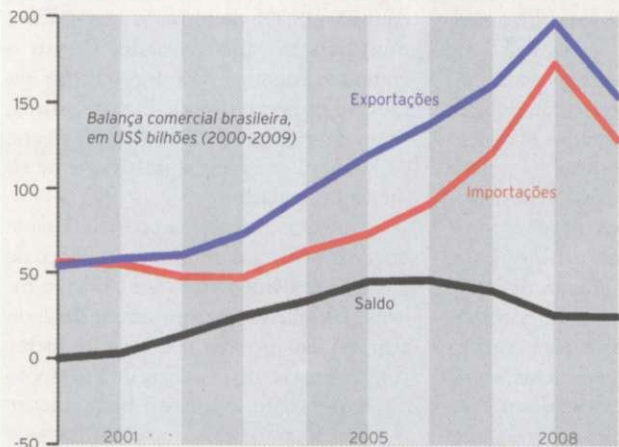
Para Mauricio Cardenas, ex-ministro colombiano e organizador de um livro lançado no início do ano para tentar explicar a nova posição brasileira na economia mundial, o problema é outro. Em recente entrevista aos jornais brasileiros, ele disse que "o Brasil está se desindustrializando e se 'commoditizando'", processo inverso ao realizado por outros países emergentes, especialmente China e Índia.

Segundo Cardenas, é possível um país se desenvolver como produtor de *commodities*, como fizeram Noruega e Chile, mas, "para uma economia tão grande como a do Brasil", o melhor seria ter um sistema de desenvolvimento mais equilibrado. Sem alterações no câmbio, Cardenas aponta apenas duas saídas: investimentos em infraestrutura e tentativa de acesso preferencial aos maiores mercados, EUA e Europa, para, assim, baratear custos e ganhar competitividade.

Os dados do ano passado mostram que Homem de Melo e Cardenas podem ter razão quanto à performance de nosso setor manufatureiro. A indústria teve desem- •

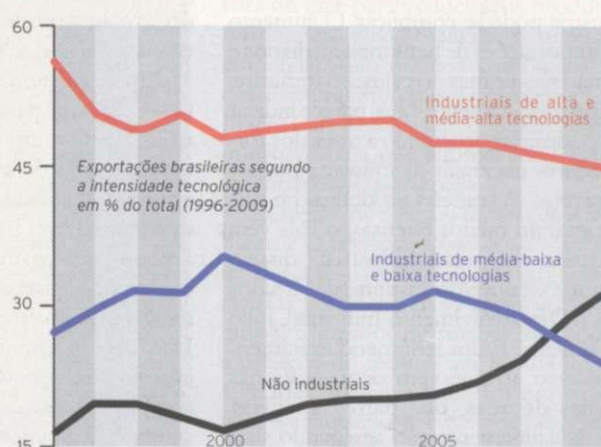
Diminui o superávit...

O saldo comercial crescentemente positivo na década diminui com a subida mais acelerada das importações



e cresce a venda de baixíssima tecnologia

A partir de 2006, a exportação de produtos não industriais ganhou forte impulso





Homem de Melo: sem mudar a política cambial, áreas da indústria podem sumir

penho muito inferior ao do PIB. Enquanto a economia como um todo recuou 0,2% em relação a 2008, a produção industrial caiu 5,5% — a da agropecuária baixou 5,2% e a dos serviços teve alta de 2,6%.

MENOR INTENSIDADE

Há sinais também de que a situação da indústria pode se complicar. O aumento das importações de bens intermediários e de matérias-primas no primeiro trimestre, de aproximadamente 42%, parece indicar que pode estar ocorrendo a troca dos fornecedores nacionais da indústria por estrangeiros. "As cadeias produtivas no País se tornaram menos intensas, o País vem perdendo intensidade industrial", disse o diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, Júlio de Almeida. É um fenômeno exatamente inverso ao que vem ocorrendo, nas últimas décadas, nos países asiáticos, que paulatinamente vão agregando suas cadeias produtivas e gerando produtos manufaturados de maior valor agregado.

Em meio a esses problemas, dois episódios ocorridos em março devem reverberar no comércio exterior do País. O primeiro, de menor intensidade, foi mais um capítulo da longa batalha travada entre Brasil e EUA na Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 2002, quando o governo brasileiro entrou com recurso no órgão contra subsídios dados pelos americanos a seus produtores de algodão.

Em resposta à permissão dada pela OMC no ano passado para que o País retaliasse produtos importados dos EUA como forma de compensar as perdas econômicas advindas, o Brasil apresentou uma relação com 102 itens diversos, como automóveis, cosméticos e trigo, entre outros, que sofreriam aumento de 100% na alíquota do Imposto de Importação. Dias depois, uma segunda lista com 21 itens passíveis de quebra de patente, como remédios e músicas, foi colocada em consulta pública para completar o montante de 829 milhões de dólares ao ano que o País recebeu permissão para retaliar.

Nas semanas que se seguiram à divulgação das relações de produtos, os EUA enviaram para cá importantes negociadores, como Gary Locke, secretário de Comércio, e Miriam Sapiro, vice-representante do United States Trade Representative (USTR, órgão máximo de comércio exterior daquele país). No início de abril, abria-se a perspectiva de que fosse encontrada uma solução negociada, que evitasse a retaliação.

DOBRAR EXPORTAÇÕES

De qualquer forma, tal esforço, desproporcional ao peso das eventuais retaliações, que equivaleriam a mero 0,07% das exportações dos EUA, dá pistas do empenho com que os americanos estão encarando a outra e muito mais importante iniciativa que adotaram mais ou menos na mesma época: o audacioso plano anunciado por Obama para reduzir o déficit comercial de seu país.

Diante da crise financeira que explodiu em 2008, o governo dos EUA chegou à conclusão de que não é mais possível manter prejuízos comerciais recorrentes na casa das várias centenas de bilhões de dólares. No ano passado, por exemplo, o déficit foi de "apenas" 500,9 bilhões de dólares, mas, em 2007 e 2008, quando a crise financeira ainda não tinha freado tão fortemente as importações, esse número ultrapassara os 800 bilhões de dólares anuais.

As metas de Obama são ousadas: além de gerar dois milhões de empregos (diante do fechamento de aproximadamente cinco milhões de postos de trabalho somente em 2009), o presidente quer duplicar as exportações (que atingiram 1,056 trilhão de dólares em 2009) nos próximos cinco anos. Para se ter uma ideia, esse valor equivale a 8,7% de todas as exportações mundiais no ano passado. Como o comércio mundial não deve crescer no mesmo ritmo ambicionado por Obama, isso significa que, para atingir a meta, os EUA vão disputar agressivamente os mercados externos.

O anúncio de Obama ocorreu durante discurso em uma conferência no Banco de Exportação e Importação dos EUA (Eximbank), ocasião em que o presidente detalhou algumas das medidas que serão tomadas, como a criação do Gabinete de Promoção de Exportação, formado basicamente por funcionários dos departamentos de Estado, Tesouro e Comércio, responsáveis pela execução da "Estratégia Nacional de

Exportação", como vem sendo chamada. Além disso, o presidente reativou o Conselho de Exportação do Presidente, que será encabeçado pelos executivos-chefes da Boeing, Jim McNerney, e da Xerox, Úrsula Burns, para a manutenção de uma ligação com o setor privado.

SINAL AMARELO

O Eximbank irá criar uma linha de crédito de 2 bilhões de dólares anuais para financiar pequenas e médias empresas exportadoras. Essas também terão assessoria de especialistas do Departamento de Comércio e da UPS, multinacional americana de logística, para analisar seu perfil e sugerir novos mercados a ser explorados. Por fim, o plano prevê a retomada das negociações de acordos de livre-comércio, especialmente com Coreia do Sul, Colômbia e Panamá, como melhor forma de manter o país competitivo no mercado internacional.

Para o secretário de Comércio dos EUA, Gary Locke, essas medidas podem "ajudar a renascer a prosperidade das empresas americanas, impulsionar o

crescimento econômico futuro e manter os empregos internamente".

O plano fez o governo brasileiro acender o sinal amarelo. "Existem produtos que, se os EUA aumentarem muito a agressividade, podem nos trazer problemas", diz Faria. Não é mesmo

Se os EUA alcançarem a meta para as exportações, isso equivalerá a quase 9% do volume mundial

necessário ser um grande conhecedor de economia para imaginar o quanto as medidas propostas por Obama, se realmente efetivadas, vão interferir no comércio brasileiro, em particular, e no mundial, em geral. Apesar da forte

queda na participação americana em nossas pautas de exportação (de 20,3%, na década de 1990, para 10,2%, em 2009) e importação (de 22,4% para 15,8%), os EUA sozinhos ainda respondem por quase um sétimo da corrente de comércio do País. Até 2008 permaneceram como nosso maior parceiro comercial, sendo ultrapassados pela China no ano passado.

E AS CONSEQUÊNCIAS?

Tal mudança de postura dos EUA deve afetar diretamente nosso comércio: a alta das importações brasileiras coincide com o atendimento da necessidade americana de ampliar seus mercados de venda nos países emergentes. Portanto, é de se esperar maior pressão nesse sentido. O Brasil pode também sofrer de forma indireta, pois os EUA vão elevar o tom na disputa por mercados em que ambos atuam, sobretudo na agropecuária, em que os americanos são os líderes mundiais em exportações (139,97 bilhões de dólares em 2008) e o Brasil ocupa o terceiro posto (61,4 bilhões de dólares). Merecem atenção produtos como a soja e as carnes, dois dos quais em cujas vendas o Brasil mais cresce, sem esquecer o milho e o algodão.

Diante dessas perspectivas e levando-se em conta as tendências dominantes no comércio exterior brasileiro, há quem proponha um remédio tradicional — e amargo — para aumentar fortemente o superávit comercial: a elevação, ao longo dos próximos meses, da taxa básica de juros, a Selic, pelo Banco Central. A alta dos juros conteria o consumo interno, o que reduziria as importações. A freada no consumo obrigaria, então, as empresas brasileiras a disputar mercados fora do País para vender seus produtos, turbinando, dessa maneira, o superávit comercial. Isso poderia combinar com o maior empenho que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem cobrado de seus ministros para que adotem medidas de incentivo às exportações.

Esse tipo de solução mostra dois problemas. O primeiro é o do custo político da elevação da taxa de juros em ano de eleição presidencial. O outro é, como diria um jogador de futebol após ouvir a preleção do técnico que levaria o time à vitória, saber se a tática foi combinada com o adversário. E o caso de perguntar: vai dar para encarar a nova disposição do Tio Sam?

Faria: caso os EUA se tornem muito agressivos, parte das exportações será afetada

